



PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE
CONTAS DAS INSTITUIÇÕES
PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL

ANO DE 2017

*CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL
DE
SEIXO DA BEIRA*

SEDE: RUA DO COMÉRCIO, N.º 82

LOCALIDADE: SEIXO DA BEIRA

FREGUESIA: SEIXO DA BEIRA

CONCELHO: OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÓDIGO POSTAL: 3405-440 SEIXO DA BEIRA

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

SEIXO DA BEIRA 9 de março de 2018

ASSINATURAS

ASSINATURA DO PRESIDENTE

[Handwritten signatures]

160292042

8274

O CONTABILISTA CERTIFICADO

SEIXO DA BEIRA 9 de março de 2018

ASSINATURA

[Handwritten signature]

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SEIXO DA BEIRA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 502070447

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	59 523,28	66 539,01
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	17.1	563 727,30	560 316,69
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		623 250,58	626 855,70
Ativo corrente			
Inventários	9	1 094,35	1 352,70
Créditos a receber	17.3	8 143,42	5 841,03
Estado e outros entes públicos	17,1	2 069,78	2 390,80
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	1 444,63	1 109,18
Outros ativos correntes	17,4;17,6	1 515,32	1 787,96
Caixa e depósitos bancários	17.7	139 339,36	115 791,08
		153 606,86	128 272,75
Total do ativo		776 857,44	755 128,45
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	307 735,97	307 735,97
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17.8	382 362,58	381 587,84
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	24 396,61	24 831,69
		714 495,16	714 155,50
Resultado líquido do período		15 778,68	774,74
Total dos fundos patrimoniais		730 273,84	714 930,24
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	6 042,82	4 748,80
Estado e outros entes públicos	17,10	9 340,84	7 573,07
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	17,11	31 199,94	27 876,34
		46 583,60	40 198,21
Total do passivo		46 583,60	40 198,21
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		776 857,44	755 128,45

A Direcção

O responsável

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SEIXO DA BEIRA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 502070447

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	10	75.641,96	68.487,00
Subsídios, doações e legados à exploração	17.13	213.813,15	194.413,29
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	30.274,40	30.469,12
Fornecimentos e serviços externos	17.14	42.255,96	39.471,82
Gastos com o pessoal	15	214.771,50	200.024,93
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.3	210,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	17.18	-8.951,48	-747,06
Outros rendimentos	17.15	9.112,67	7.956,28
Outros gastos	17.16	552,39	400,67
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		19.455,01	1.237,09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	7.015,73	7.894,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		12.439,28	-6.657,11
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	3.339,52	7.433,97
Juros e gastos similares suportados	17.17	0,12	2,12
Resultados antes de impostos		15.778,68	774,74
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		15.778,68	774,74



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIA - 2017

GASTOS	Creche	Jardim de Infância	ATL	Apoio Domiciliário	TOTAL
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9 431,92	7 089,26	8 228,15	5 525,08	30 274,40
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9 431,92	7 089,26	8 228,15	5 525,08	30 274,40
Fornecimentos e Serviços Externos	13 164,74	9 894,94	11 484,57	7 711,71	42 255,96
Serviços Especializados	6 130,34	4 607,71	5 347,94	3 591,06	19 677,06
Materiais	1 446,39	1 087,14	1 261,80	847,28	4 642,61
Energia e fluidos	4 326,93	3 252,22	3 774,69	2 534,65	13 888,49
Deslocações, estadas e transportes	32,75	24,62	28,57	19,18	105,12
Serviços Diversos	1 228,33	923,24	1 071,56	719,54	3 942,68
Gastos com Pessoal	66 958,17	69 484,90	24 003,87	54 324,56	214 771,50
Remunerações Certas	50 969,74	52 893,13	18 272,17	41 352,81	163 487,85
Remunerações Adicionais	2 984,66	3 097,29	1 069,97	2 421,52	9 573,45
Encargos Segurança Social	11 368,00	11 796,98	4 075,32	9 223,10	36 463,40
Seguro Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	313,01	324,83	112,21	253,96	1 004,01
Outros Gastos com o Pessoal	1 322,75	1 372,67	474,19	1 073,18	4 242,79
Gastos de Depreciação e Amortização	2 185,73	1 642,85	1 906,78	1 280,37	7 015,73
Ativos fixos tangíveis	2 185,73	1 642,85	1 906,78	1 280,37	7 015,73
Perdas por Imparidade	65,43	49,18	57,08	38,33	210,00
Em dívidas a receber	65,43	49,18	57,08	38,33	210,00
Perdas por Reduções do Justo Valor	623,21	468,42	543,67	365,07	2 000,37
Em investimentos financeiros	623,21	468,42	543,67	365,07	2 000,37
Outros Gastos	172,10	129,35	150,13	100,81	552,39
Impostos	18,69	14,05	16,31	10,95	60,00
Outros	153,40	115,30	133,82	89,86	492,39
Gastos de Financiamento	0,04	0,03	0,03	0,02	0,12
Juros suportados	0,04	0,03	0,03	0,02	0,12
Outros gastos de financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS GASTOS	92 601,34	88 758,91	46 374,28	69 345,94	297 080,47
RENDIMENTOS	Creche	Jardim de Infância	ATL	Apoio Domiciliário	TOTAL
Prestação de Serviços	20 740,09	16 131,31	18 939,69	19 830,87	75 641,96
Mensalidade de Utentes	20 740,09	16 131,31	5 509,00	14 350,87	56 731,27
Serviços Secundários	0,00	0,00	13 430,69	5 480,00	18 910,69
Subsídios à Exploração	79 441,09	61 123,31	13 071,30	60 177,45	213 813,15
Subsídios das Entidades Públicas	78 019,64	60 054,92	11 831,26	59 344,79	209 250,60
Centro Regional de Segurança Social	76 658,68	59 031,99	10 644,00	58 547,56	204 882,23
CRSS - Compensação Incêndios	156,89	117,92	136,87	91,91	503,59
Outros	1 204,06	905,00	1 050,39	705,32	3 864,78
Subsídios de Outras Entidades	12,15	9,13	10,60	7,12	39,00
Doações e Heranças	1 409,30	1 059,26	1 229,44	825,55	4 523,55
Ganhos por aumentos de justo valor	3 412,02	2 564,56	2 976,56	1 998,71	10 951,85
Em investimentos financeiros	3 412,02	2 564,56	2 976,56	1 998,71	10 951,85
Outros Rendimentos e Ganhos	2 839,03	2 133,88	2 476,69	1 663,06	9 112,67
Rendimentos Suplementares	2 510,52	1 886,97	2 190,11	1 470,63	8 058,22
Descontos de pronto pagamento obtidos	3,37	2,54	2,94	1,98	10,83
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos em Investimentos não Financeiros	164,01	123,27	143,08	96,07	526,43
Outros	161,13	121,11	140,56	94,39	517,19
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	1 040,42	782,00	907,63	609,46	3 339,52
Juros Obtidos	476,63	358,25	415,80	279,20	1 529,88
Dividendos Obtidos	120,32	90,44	104,96	70,48	386,20
Outros rendimentos similares	443,47	333,32	386,87	259,78	1 423,44
TOTAL DOS RENDIMENTOS	107 472,65	82 735,07	38 371,87	84 279,56	312 859,15
Resultado Líquido	14 871,31	-6 023,84	-8 002,41	14 933,62	15 778,68

Critérios de imputação:

Dos gastos e receitas comuns

Imputação de acordo com o número médio de utentes que frequentam cada valência

Nº médio utentes

% Imputação

Creche	26,17	31,15%
Jardim de Infância	19,67	23,42%
ATL	22,83	27,18%
Apoio Domiciliário	15,33	18,25%
	84,00	100,00%

Gastos com Pessoal

Imputação de acordo com a % efetiva de trabalho de cada colaborador em cada valência

Nº médio trabalhador

% Imputação

Creche	5,30	31,18%
Jardim de Infância	5,50	32,35%
ATL	1,90	11,18%
Apoio Domiciliário	4,30	25,29%
	17,00	100,00%

Mensalidades de Utentes e Subsídios do CRSS

Imputação real

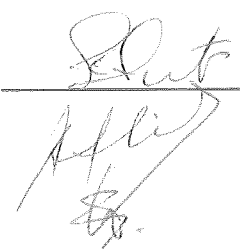
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SEIXO DA BEIRA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

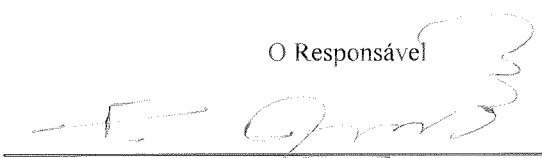
Moeda: (Valores em Euros)

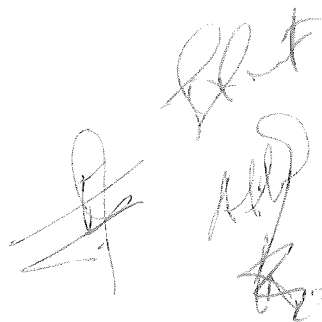
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes	3.2.1:17.7	79 420,78	72 002,85
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		84 830,85	91 070,47
Pagamentos ao pessoal		137 095,55	130 498,06
Caixa gerada pelas operações		-142 505,62	-149 565,68
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-51 280,10	-49 899,96
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-193 785,72	-199 465,64
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		362 290,00	29 000,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		367 087,72	50 000,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		667,96	1 558,13
Dividendos		0,00	381,50
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		5 465,68	22 939,63
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		1 365,00	862,00
Outras operações de financiamentos		210 860,28	188 415,66
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		356,96	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		211 868,32	189 277,66
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		23 548,28	12 751,65
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		115 791,08	103 039,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período		139 339,36	115 791,08

A Direcção

O Responsável







CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SEIXO DA BEIRA

Anexo

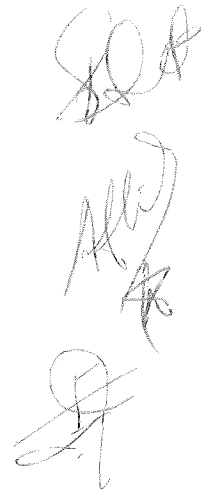
28 de fevereiro de 2018

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	17
5	Ativos Fixos Tangíveis	17
6	Ativos Intangíveis	19
7	Locações	19
8	Custos de Empréstimos Obtidos	19
9	Inventários	19
10	Rédito	20
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	20
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	20
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	20
14	Imposto sobre o Rendimento	20
15	Benefícios dos empregados	21
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	21
17	Outras Informações	21
17.1	Investimentos Financeiros	21
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	22
17.3	Clientes e Utentes	22
17.4	Outras contas a receber	23
17.5	Diferimentos	23
17.6	Outros Ativos Financeiros	23
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	24
17.8	Fundos Patrimoniais	24
17.9	Fornecedores	24
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	24
17.11	Outras Contas a Pagar	25
17.12	Outros Passivos Financeiros	25
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	25
17.14	Fornecimentos e serviços externos	25

17.15 Outros rendimentos.....	26
17.16 Outros gastos.....	26
17.17 Resultados Financeiros	26
17.18 Aumentos/Reduções de Justo Valor.....	27
17.19 Acontecimentos após data de Balanço	27

[Handwritten signatures and marks]



1 Identificação da Entidade

O “Centro Social e Paroquial de Seixo da Beira” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída sob a forma de “Associação”, com sede em Rua do Comércio nº 82. Tem como atividade “Atividades de Cuidados para Crianças, sem Alojamento” e “Atividades de Apoio Social para Pessoas Idosas, sem Alojamento” para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos, tendo como fim principal a segurança social, como fim secundário: a educação;
- Coadjuvar os serviços públicos competentes ou as instituições particulares, num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância



Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;



c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.



3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do

Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um



evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.



Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado

da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 916,93					1 916,93
Edifícios e outras construções	113 827,96	1 690,90		(6 901,87)		108 616,99
Equipamento básico	67 725,76			7 849,62		75 575,38
Equipamento de transporte	110 817,17		23 219,04			87 598,13
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	23 989,17	1 514,51		(947,75)		24 555,93

Outros Ativos fixos tangíveis	9 451,77					9 451,77
Total	327 728,76	3 205,41	23 219,04	0,00	0,00	307 715,13
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	49 297,01	4 202,48				53 499,49
Equipamento básico	65 554,09	3 367,64				68 921,73
Equipamento de transporte	109 156,67	276,75	23 219,04			86 214,38
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	23 041,42	47,33				23 088,75
Outros Ativos fixos tangíveis	9 451,77					9 451,77
Total	253 318,70	7 894,20	23 219,04	0,00	0,00	237 993,86

Descrição	2016			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 916,93					1 916,93
Edifícios e outras construções	108 616,99					108 616,99
Equipamento básico	75 575,38					75 575,38
Equipamento de transporte	87 598,13					87 598,13
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	24 555,93					24 555,93
Outros Ativos fixos tangíveis	9 451,77					9 451,77
Total	307 715,13	0,00	0,00	0,00	0,00	307 715,13
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	53 499,49	3 216,04				56 715,53
Equipamento básico	68 921,73	3 333,63				72 255,36
Equipamento de transporte	86 214,38	276,75				86 491,13
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	23 088,75	189,31				23 278,06
Outros Ativos fixos tangíveis	9 451,77					9 451,77
Total	241 176,12	7 015,73	0,00	0,00	0,00	248 191,85

Descrição	2017			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				

Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	0,00			0,00
Equipamento básico	0,00			0,00
Equipamento de transporte	0,00			0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	0,00			0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Ativos Intangíveis

O Centro Social e Paroquial do Seixo da Beira não possuiu ativos intangíveis.

7 Locações

O Centro Social e Paroquial do Seixo da Beira não possuiu ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

O Centro Social e Paroquial do Seixo da Beira não recorreu a empréstimos obtidos.

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 507,37	39 522,57	(9 208,12)	1 352,70	39 870,21	(9 854,16)	1 094,35
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	1 507,37	39 522,57	(9 208,12)	1 352,70	39 870,21	(9 854,16)	1 094,35
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				30 469,12			30 274,40
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	56 731,27	50 627,57
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Serviços Secundários	18 910,69	17 859,43
Juros	1 529,88	689,81
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	386,20	381,50
Outros rendimentos similares	1 423,44	6 362,66
Total	78 981,48	75 920,97

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
ISS, IP – Centro Distrital	205 385,82	190 202,67
IEFP	1 358,28	2 515,32
IFAP	1 644,00	
Autarquias/Juntas de Freguesia	862,50	650,00
Apoios do Governo		
Total	209 250,60	193 367,99

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2017	2016
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00	0,00

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram os seguintes.

Órgãos Diretivos	2017	2016
Direção	5	5
Conselho Fiscal	3	3

Os órgãos diretivos usufruem as seguintes remunerações: 0,00 €

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de "17" e em 31/12/2016 foi de "16".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	173 061,30	163 551,96
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	36 463,40	33 691,77
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 004,01	923,29
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	4 242,79	1 857,91
Total	214 771,50	200 024,93

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00

Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	563 727,30	560 316,69
Perdas por imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	563 727,30	560 316,69

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2017 e 2016, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Beneficiários das mutualidades - prestações a pagar				
Beneficiários das mutualidades - capitais vencidos a pagar				
Beneficiários das mutualidades - rendas vitalícias a pagar				
Beneficiários das mutualidades - melhorias de benefícios				
Beneficiários das mutualidades - subvenções				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2017	2016
-----------	------	------

Clientes e Utentes c/c		
Clientes	5 211,37	2 474,05
Utentes	2 932,05	3 366,98
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes	210,00	
Total	8 353,42	5 841,03

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2017	2016
Clientes		
Utentes	-210,00	0,00
Total	-210,00	0,00

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	822,50	1 733,46
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	692,82	54,50
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	1 515,32	1 787,96

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Diversos	1 444,63	1 109,18
Total	1 444,63	1 109,18
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2017	2016
Total	0,00	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	0,00	15,48
Depósitos à ordem	64 339,36	40 775,60
Depósitos a prazo	75 000,00	75 000,00
Outros		
Total	139 339,36	115 791,08

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	307 735,97	0,00	0,00	307 735,97
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	381 587,84	774,74	0,00	382 362,58
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	24 831,69	0,00	-435,08	24 396,61
Total	714 155,50	774,74	-435,08	714 495,16

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	6 042,82	4 748,80
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	6 042,82	4 748,80

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	1 094,25	719,39
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	975,53	1 671,41
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	2 069,78	2 390,80
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00

Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	7 995,52	7 056,08
Outros Impostos e Taxas	1 345,32	516,99
Total	9 340,84	7 573,07

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		31 047,44		27 876,34
Outros credores		152,50		
Total	0,00	31 199,94	0,00	27 876,34

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são os seguintes:

Descrição	2017	2016
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	209 250,60	193 367,99
Subsídios de outras entidades	39,00	183,30
Doações e heranças	4 523,55	862,00
Legados	0,00	0,00
Total	213 813,15	194 413,29

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	19 677,06	19 808,54

Materiais	4 642,61	2 027,23
Energia e fluidos	13 888,49	14 002,70
Deslocações, estadas e transportes	105,12	0,00
Serviços diversos	3 942,68	3 633,35
Total	42 255,96	39 471,82

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	8 058,22	6 734,18
Descontos de pronto pagamento obtidos	10,83	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	526,43	467,04
Outros rendimentos	517,19	755,06
Total	9 112,67	7 956,28

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	60,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	492,39	400,67
Total	552,39	400,67

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,12	2,12
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,12	2,12
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1 529,88	689,81
Dividendos obtidos	386,20	381,50
Outros Rendimentos similares	1 423,44	6 362,66
Total	3 339,52	7 433,97

Resultados Financeiros	3 339,40	7 431,85
------------------------	----------	----------

17.18 Aumentos/Reduções de Justo Valor

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes perdas e ganhos relacionados com aumentos e reduções de justo valor:

Descrição	2017	2016
Perdas por Reduções de Justo Valor		
Em Investimentos Financeiros	2 000,37	31,90
Total	2 000,37	31,90
Ganhos por Aumentos de Justo Valor		
Em Investimentos Financeiros	10 951,85	778,96
Total	10 951,85	778,96
Aumentos/Reduções de Justo Valor	8 951,48	747,06

17.19 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.